



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

ERCILIA DARLING AMANCIO SILVESTRE MARTINS
NATHALIA BEZERRA

APONTAMENTOS SOBRE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM ESCOLAR:
CONTRIBUIÇÕES DESDE A PERSPECTIVA DE AUTORES DA PSICOLOGIA

Maceió

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

ERCILIA DARLING AMANCIO SILVESTRE MARTINS,
NATHALIA BEZERRA

APONTAMENTOS SOBRE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DESDE A PERSPECTIVA DE
AUTORES DA PSICOLOGIA

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Ana Maria Vergne

Maceió
2025

ERCILIA DARLING AMANCIO SILVESTRE MARTINS

NATHALIA BEZERRA

**APONTAMENTOS SOBRE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DESDE A PERSPECTIVA DE
AUTORES DA PSICOLOGIA**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Ana Maria Vergne

Artigo Científico defendido e aprovado em 05/06/2025.

Comissão Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 ANA MARIA VERGNE DE MORAIS OLIVEIRA
Data: 15/07/2025 22:20:56-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (CEDU/UFAL)

Presidente

Documento assinado digitalmente
 ABDIZIA MARIA ALVES BARROS
Data: 26/06/2025 01:54:30-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Abdizia Maria Alves Barros (CEDU/UFAL)

2º. Membro

Documento assinado digitalmente
 RENATA DA COSTA MAYNART
Data: 01/07/2025 22:28:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Renata da Costa Maynart (CEDU/UFAL)

3º. Membro

Apontamentos sobre mediação familiar no processo de aprendizagem escolar: contribuições desde a perspectiva de autores da Psicologia.

Ercilia Darling Amancio Silvestre Martins
E-mail: darlingmartins26@gmail.com

Nathalia Bezerra
E-mail: nathaliabzped@gmail.com

Ana Maria Vergne
Email: ana.oliveira@cedu.ufal.br

RESUMO

O envolvimento da família no processo de ensino e aprendizagem das crianças no Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais, tem sido tema muito discutido nos últimos anos. Com base nisso, surgiu a seguinte problemática: de que forma a mediação familiar influencia a motivação e o desempenho escolar das crianças? Como as fases do desenvolvimento infantil são atravessadas pelos efeitos da mediação familiar? Quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer essa relação, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança? Diante dessas indagações, essa pesquisa teve como objetivo identificar, através de pesquisa bibliográfica, as influências do envolvimento familiar na vida escolar das crianças, bem como compreender de que maneira o engajamento dos responsáveis impacta na motivação dos alunos em relação aos estudos. Para abordar esse tema, utilizou-se de abordagem exploratória, construindo uma análise científica, com o intuito de investigar o referido tema, desde uma aproximação ao pensamento de autores da psicologia acessando pesquisas bibliográficas. Em suma, percebeu-se que a família, assim como a escola, é um importante aliado para a construção do saber, não apenas social, mas também do saber das ciências, visto que, através da convivência tem o papel de reforçar o conhecimento, inclusive aquele que foi aprendido no espaço escolar. Logo, percebe-se quando a criança é estimulada não somente pelos profissionais da escola, mas também pela família. Porém, essa problemática ainda provoca muitas discussões devido aos motivos que podem dificultar esse acompanhamento por parte dos pais e o quanto essa relação pode impactar no desenvolvimento da criança a longo prazo. Visto que, quando a criança não tem um vínculo fortalecido com a família, pode impactar diretamente em seu aprendizado através do emocional fragilizado, do sentimento de rejeição, baixa autoestima e ansiedade.

Palavras-chave: Escola e família; Estágios do desenvolvimento; Criança; Educação.

Notes on family mediation in the school learning process: contributions from the perspective of psychology authors.

Ercilia Darling Amancio Silvestre Martins

E-mail: darlingmartins26@gmail.com

Nathalia Bezerra

E-mail: nathaliabzped@gmail.com

Ana Maria Vergne

Email: ana.oliveira@cedu.ufal.br

ABSTRACT

Family involvement in the teaching and learning process of children in elementary school, especially in the early years, has been a much-discussed topic in recent years. Based on this, the following questions arose: How does family mediation influence children's motivation and school performance? How are the stages of child development affected by family mediation? What strategies can be adopted to strengthen this relationship, promoting children's learning and overall development? In light of these questions, this study aimed to identify, through bibliographic research, the influences of family involvement in children's school life, as well as to understand how the engagement of guardians impacts students' motivation in relation to their studies. To address this topic, an exploratory approach was used, constructing a scientific analysis with the aim of investigating the subject from the perspective of psychology authors, accessing bibliographic research. In short, it was noted that the family, like the school, is an important ally in the construction of knowledge, not only social knowledge, but also scientific knowledge, since, through coexistence, it has the role of reinforcing knowledge, including that which was learned in the school environment. Therefore, it is clear when children are stimulated not only by school professionals, but also by their families. However, this issue still provokes much debate due to the reasons that can hinder this monitoring by parents and how much this relationship can impact a child's long-term development. This is because when children do not have a strong bond with their family, it can directly impact their learning through emotional fragility, feelings of rejection, low self-esteem, and anxiety.

Keywords: School and family; Stages of development; Children; Education.

1 INTRODUÇÃO

A criança, historicamente, ocupou diferentes lugares e papéis na sociedade, mas contemporaneamente, é possível perceber que sua imagem vem sendo associada a uma ideia de futuro, ao novo e à aprendizagem. No entanto, essa visão de infância nem sempre foi assim, por isso há uma grande preocupação quanto ao seu processo de formação social, envolvendo suas múltiplas formas de aprendizagem e desenvolvimento global da criança.

Durante a Idade Média, a criança era vista como adulto em miniatura: “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (Áries, 1981, p.14). Nesse período, não havia distinção entre adultos e crianças, a infância não era reconhecida pela sua fragilidade e ao apresentar suas primeiras ações com autonomia, logo eram inseridas nas atividades realizadas pelos adultos. A família não tinha qualquer função afetiva e as crianças aprendiam apenas o que “precisavam”, observando os adultos para auxiliá-los na conservação de bens que era sua principal função.

De acordo com Áries (1981), somente no século XVII, a família começou a enxergar a criança de uma forma diferente, principalmente pela influência da Igreja, reconhecendo a ingenuidade da criança e a necessidade de aprendizagem e escolarização de forma que elas pudessem ser preparadas para o futuro. Desde então, a formação da criança tem sido pensada para que seu desenvolvimento ocorra da melhor maneira possível, de forma mais humana e compreendendo suas etapas ao longo de todo esse processo. A partir desse período, é perceptível a influência que a família passou a ter na vida das crianças, agindo nos processos de socialização e entendendo a necessidade de isolar a criança do adulto para que houvesse a aprendizagem devida.

Além do espaço escolar, a relação familiar é o principal grupo social no processo de construção do comportamento da criança, influenciando no desenvolvimento e na construção de valores e atitudes. São eles os primeiros responsáveis pela transmissão dos saberes para as crianças através de suas experiências, vivências, normas e expectativas.

Assim como a família, a escola é uma importante instituição formadora de conhecimento através da educação formal. Saviani (2003) nos afirma isso em sua obra *Escola e Democracia*:

A função social da escola consiste na socialização do saber sistematizado, ou seja, no domínio das formas mais elaboradas do conhecimento, condição indispensável para a participação crítica e autônoma na vida social. (Saviani, 2003, p.18)

Logo, a escola se apresenta com uma função social específica, no sentido da formação humana em sua totalidade, oferecendo um espaço privilegiado e múltiplas condições para alcançar a educação ampliando o conhecimento da criança em relação a conteúdos previamente elaborados, que contribuam para a formação da criança, preparando-a para uma boa compreensão de mundo. Dessa forma, Saviani se mostra a favor da escola como espaço que transmite conhecimentos produzidos historicamente enfatizando a importância do trabalho do professor em garantir o acesso de todos a esse tipo de conhecimento. Conhecimento esse, que atribui valores e ajudam o sujeito a desenvolver um olhar crítico em relação à sociedade, tornando-o capaz de melhorar e modificar a sua realidade. Por isso, Saviani reconhece a escola e suas práticas transformadoras da realidade ainda (e principalmente) marcada por desigualdades. Através dos processos educativos realizados pela escola, o sujeito vai se tornando capaz de reformular e modificar o espaço e a situação em que vive. No entanto, pensando na importância da participação da família na infância e em como o processo de aprendizagem aconteceu e acontece nos dias de hoje, emerge a problemática dessa pesquisa: Qual a importância da mediação familiar no processo de aprendizagem escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Segundo a teoria Psicossocial de Erikson (1950), a análise das exigências internas (ego) e as exigências do meio em que uma criança vive são essenciais para o crescimento e desenvolvimento de uma criança. Visto que, sua cultura e o meio em que vive contribuem para o seu desenvolvimento e sua forma de aprendizagem.

Assim como Freud, Piaget e outros teóricos, Eriksson também dividiu as etapas da vida em fases de desenvolvimento envolvendo a maturação do ego e a autonomia na

tomada de decisões que contribuem com o processo de aprendizagem. Logo, Vygotsky (1984) também enfatiza em sua teoria a cultura como aspecto importante no aprendizado.

Cada função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual; primeiro entre as pessoas (interpsicológica), e depois dentro da criança (intrapsicológica). (Vygotsky, 1984, p. 68).

Por conseguinte, em sua obra *Para Onde Vai a Educação?* Piaget (2007) também afirma que a educação é uma ligação estreita e contínua entre os professores e pais, e esta relação resulta na ajuda recíproca para a elaboração de métodos que irão alcançar os objetivos, de modo que as responsabilidades com o desenvolvimento da criança ficam divididas entre eles. Diante disso, surge a motivação para pesquisar a importância dessa relação, sobretudo, por meio de pesquisa bibliográfica, explicando como essa mediação pode ser efetivamente conduzida pelos responsáveis, considerando o conhecimento das fases do desenvolvimento infantil como elemento fundamental para potencializar resultados positivos nesse processo.

Na elaboração do projeto de pesquisa, foram abordados temas como a história social da criança e da família, epistemologia genética, desenvolvimento psicológico, estágios do desenvolvimento e a teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem exploratória, fundamentada em análise bibliográfica. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Para a construção do referencial teórico, foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas, em plataformas como Google Acadêmico e SciELO, além de consulta a livros e publicações que abordam a temática. O estudo buscou responder aos seguintes questionamentos: de que forma a mediação familiar influencia a motivação e o desempenho escolar das crianças? Como as fases do desenvolvimento infantil potencializam os efeitos positivos da mediação familiar? E quais estratégias podem ser

adotadas para fortalecer essa relação favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança?

2 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.

Diante desse cenário de interesse pela infância, o qual de acordo com a Psicologia do Desenvolvimento (1999) surgiu com a necessidade de preparar e investir no desenvolvimento infantil a fim de garantir uma fase adulta de mais inteligência e produtividade, fazemos referência ao processo de desenvolvimento infantil que pode ser explicado sob diferentes perspectivas: com ênfase no sujeito, no objeto de conhecimento ou na relação entre os dois. Tais abordagens preocupam-se em explicar como o processo de desenvolvimento acontece na vida da criança, desde o nascimento até a fase considerada formal a partir dos 12 anos.

[..] a Psicologia foi assumindo preocupações além daquelas relacionadas com o biológico e surgiram os estudos relacionados ao desenvolvimento mental, ao comportamento social, à maneira pela qual se desenvolvem a autonomia e o julgamento moral. (Goulart, 1999, p. 39)

Partindo dessa perspectiva, Jean Piaget (1999), estudioso também dos estágios de desenvolvimento mental, ao analisar os impactos nos diferentes níveis de desenvolvimento, percebeu que a percepção da realidade e das relações afetivas são fatores importantes para o desenvolvimento, ao qual se apropriou de estudos de observação e denominou de método clínico. De acordo com Piaget (1999), o aprendizado é construído pela própria criança através da sua interação com o objeto e com as pessoas à sua volta, deixando clara a importância da participação das pessoas em volta da criança para o bom desenvolvimento. Esse processo de construção da aprendizagem é o que conhecemos como Teoria Construtivista. Nesse caso, a criança passa a relacionar aquilo que já aprendeu com o que está descobrindo com relação às suas próprias ações, tornando seu conhecimento cada vez mais amplo e compreendendo o que antes lhe era confuso. Durante esse processo de construção do conhecimento, acontece a adaptação entre o sujeito e o meio através de dois mecanismos: assimilação e acomodação, que devem estar em equilíbrio para que o conhecimento seja alcançado pelo sujeito.

Qualquer conduta (conduite), tratando-se seja de um ato executado exteriormente, ou interiorizado no pensamento, apresenta-se como uma adaptação ou, melhor dizendo, como uma readaptação. O indivíduo age apenas ao experimentar uma necessidade, ou seja, se o equilíbrio entre o meio e o organismo é rompido momentaneamente; neste caso, a ação tende a restabelecer o equilíbrio, isto é, precisamente a readaptar o organismo (Piaget, 2013, p.18).

Na assimilação, o sujeito irá transformar aquilo que lhe é apresentado para que se adapte a sua realidade, ou seja, aquilo que ele deseja. Já na acomodação, irá se adaptar àquilo que o meio está lhe oferecendo. Logo, tanto a família quanto a escola tornam-se responsáveis em oferecer um ambiente propício ao aprendizado, fazendo com que o conhecimento aconteça. Então, se uma das partes não compreende tal importância, o conhecimento acontecerá de maneira fragmentada e não de forma completa como se espera. Nesse sentido, podemos perceber que as etapas do desenvolvimento infantil oferecem referências importantes para que possamos pensar as crianças enquanto sujeitos que percebem o mundo de forma sensível e inteligente, nos colocando como mediadores (entre a criança e o mundo) nesse processo de humanização. Então, é válido ressaltar que o aprendizado sucede através dos denominados estágios do desenvolvimento, sendo eles: Sensório-motor (0-2 anos), Simbólico/Pré-operatório (2-7 anos), Operatório Concreto (7-12 anos) e Operatório Formal (a partir dos 12 anos). Entretanto, esse processo acontece gradativamente de forma linear e com um ambiente propício ao aprendizado para que seu desenvolvimento seja alcançado a partir das interações e estímulos que o ambiente oferece.

Por outro lado, o filósofo e psicólogo Henry Wallon (1879 - 1962), contemporâneo de Piaget, desenvolveu suas teorias sobre o desenvolvimento infantil, entendendo o sujeito enquanto resultado das influências sociais e fisiológicas (afetividade, motricidade e inteligência).

O estudo da criança contextualizada possibilita que se perceba que, entre os seus recursos e os de seu meio, instala-se uma dinâmica de determinações recíprocas: a cada idade estabelece-se um tipo particular de interações entre o sujeito e seu ambiente. Os aspectos físicos do espaço, as pessoas próximas, a linguagem e os conhecimentos próprios a cada cultura formam o contexto do desenvolvimento. Conforme as disponibilidades da idade, a criança interage mais fortemente com um ou outro aspecto de seu contexto, retirando dele os recursos para o seu desenvolvimento. (Galvão, 1995, p. 27)

Wallon divide o desenvolvimento em 5 estágios descontínuos e assistemáticos marcados por “conflitos” que acontecem por influências externas ou internas. Para o filósofo, o sujeito está em constante evolução psíquica, pois o desenvolvimento vai depender da apropriação que o sujeito faz das condições que lhe são impostas pelo meio, processo que continua a acontecer ao longo da vida mesmo quando, biologicamente, o sujeito tenha atingido a maturação. As fases do desenvolvimento, segundo a psicogenética walloniana, são: Impulso emocional (0-1 ano), Sensório-motor (1-3anos), Personalismo (3-6 anos), Categorical (6 a 11 anos) e Puberdade e adolescência (a partir dos 11 anos).

Apesar de divergirem em alguns pontos, Piaget e Wallon convergiam quanto à importância das relações afetivas para o desenvolvimento infantil. A partir dessas duas perspectivas, o desenvolvimento humano pode ser entendido como processo de amadurecimento psíquico do sujeito e paralelo a isso, processo de ensino e aprendizagem, pautado na educação das crianças e na relação entre escola, família e interações sociais de modo geral. Ainda nesse sentido, a teoria biológica de Bronfenbrenner reforça a ideia de que o desenvolvimento humano também ocorre de forma mais sistemática durante as fases da vida da criança, marcadas por diferentes influências advindas da interação com os ambientes em que está inserida e através das pessoas com quem convive, marcando o seu desenvolvimento. Esse processo resulta em um fenômeno de continuidade, caracterizado por mudanças psicológicas que acompanham as fases do desenvolvimento atrelado ao ambiente e interações estabelecidas (Bronfenbrenner, 1979). Através dessa perspectiva, se torna ainda mais evidente a necessidade da interação da família no processo escolar para que a criança tenha sucesso em sua aprendizagem.

A fim de nos trazer uma definição clara a respeito de como o ser humano se desenvolve, Bronfenbrenner criou o “Modelo PPCT”, em que “o Processo proximal, a Pessoa, o Contexto e o Tempo” estão associados, sendo o indivíduo e a maneira em que se regula diante desses quatro aspectos o resultado dessa interação. Logo, o Modelo Biológico passa a ser concebido como o mais coerente para a compreensão do desenvolvimento humano. Modelo esse que destina a uma observação constante para a análise da influência dos fatores ambientais e sociais por um longo período (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Tudge, 2012). Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento do ser é constante e não algo que se destina apenas a uma situação ou acontecimento, mas o que se acumula através das experiências vividas e da maneira com que persiste ou não em meio às interações.

O segundo conceito da teoria do modelo “PPTC”, Tudge (2012) sugere três características pessoais determinantes para o desenvolvimento: Características de demanda, que são características de “estímulo pessoal”, observado, de imediato, por uma outra pessoa e que pode intermediar interações sociais (idade, gênero, cor da pele, aparência física etc.); Características de recurso, que são características que não são aparentes, mas que são notadas através de questões emocionais e intelectuais, seja por habilidades ou nível de inteligência e através de questões sociais ou econômicas, o que norteia a maneira como vive (moradia, alimentação, oportunidades etc.); por fim, Características de força, que envolvem fatores como temperamento, vontade, impulso, entusiasmo. Assim, essas características são determinantes para o curso da vida de cada criança que podem ser semelhantes ou definir diferentes caminhos com diferentes oportunidades educacionais, econômicas e de autodeterminação. Desta forma, as características de Demanda, Recurso e Força se tornam determinantes para o rumo que tomará cada indivíduo, distinguindo os diferentes caminhos pelos quais percorrerão. Portanto, o acompanhamento, a rotina de estudos, a interação entre a criança e a escola, ou a criança e a família são fatores também determinantes. Para explicar como acontece o desenvolvimento, Bronfenbrenner traz em seu Modelo Bioecológico os quatro sistemas: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema.

O primeiro deles (microssistema - microtempo - o que acontece em determinado momento) está relacionado ao ambiente em que o indivíduo vive, sendo a família, a escola ou grupo de amigos. Nele, o afeto, o equilíbrio de poder e a reciprocidade são determinantes. No mesossistema (mesotempo - cotidiano), predomina a relação entre os ambientes expostos no microssistema, sendo família-escola. O exossistema abrange o desenvolvimento do indivíduo através de ambientes que não participam diretamente, mas que sofrem influência, seja o trabalho dos pais ou algum ambiente que seu irmão participe. Já o macrossistema (macrotempo - fatos históricos) está relacionado com fatores culturais, sociais e até mesmo econômicos dos quais o ser faz parte (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Tudge, 2012). Dessa forma, todos os ambientes se tornam importantes para o desenvolvimento, tendo cada um a sua influência que contribui para a evolução do ser humano (Bronfenbrenner, 1979). Em resumo, família e escola como microssistemas, preparam a criança para os demais ambientes, visto que, são os primeiros grupos dos quais o ser humano participa e eles interagem entre si (Bhering; Sarkis, 2009).

3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

A família é uma das instituições formadoras mais importantes para a vida em sociedade. Visto que, desde o século XVI tem se moldado em prol da criança, tendo um papel principal na sociedade. Desde então, a família tem visto a criança com mais afeto, algo que até então não acontecia devido a percepção da sociedade de que as crianças eram apenas pequenos adultos.

A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. (Áries, 1978, p.232).

De acordo com Áries (1978, p.225) “A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança”. Logo, a família passou a participar mais ativamente da vida da criança, preocupando-se com o seu processo de aprendizagem e do desenvolvimento inicial da criança, proporcionando o primeiro ambiente social e emocional. As interações familiares moldam as primeiras experiências cognitivas da criança, como aprender sobre relações, emoções e linguagem. Da mesma forma, a escola é reconhecida pela sua função, pois, desde o século XVII, tem desempenhado um papel muito importante na vida da criança, modificando a forma de aprendizagem não só dela, mas de toda a família, trazendo uma maior compreensão sobre a infância e suas fases de desenvolvimento.

René Spitz, estudioso dos impactos que o ambiente pode ter no desenvolvimento da criança, analisou aspectos importantes no desenvolvimento de crianças mantidas em orfanatos, ao perceber que, conforme citado por Goulart (1999, p. 40), “[...] peso, altura, linguagem, adaptabilidades e desenvolvimento emocional dessas crianças tornam-se retardados e isto é atribuível à falta de amor e atenção maternas”.

Todavia, essa relação entre família e escola tem se distanciado devido a aspectos relevantes que vai desse a desigualdade social até modelos ultrapassados de educação. Por isso, a formação da criança é de responsabilidade não somente de uma dessas instituições, mas de ambas, como destaca Arroyo ao reconhecer a criança como sujeito social e histórico inserida em uma realidade marcada por desigualdades que afetam sua formação integral.

“A infância não se forma apenas na escola. Forma-se na família, nas ruas, nos trabalhos, nas Igrejas, nos meios de comunicação, nas relações sociais que crianças pobres vivem, muitas vezes violentas. [...] A escola precisa aprender a reconhecer as infâncias reais e dialogar com elas”. (Arroyo, 2009, p. 27)

Assim sendo, Arroyo critica a forma como, muitas vezes, a escola desconsidera o contexto de vida das crianças, negando suas culturas, vivências e saberes familiares e reforçando padrões dominantes. Para ele, a escola deve dialogar com os outros espaços de vida da criança e não se colocar como superior ou isolada. Dessa forma, também denuncia que, em contextos de pobreza, a sociedade tende a culpabilizar as famílias pela evasão, pelo fracasso escolar ou pela “falta de valores”, sem considerar a ausência de políticas públicas e as violências sociais que essas famílias enfrentam.

Diante disso, é nessa tríade (escola, família e sociedade) que diversas contradições e diversidades precisam ser enfrentadas, incluindo os diferentes contextos em que a criança está inserida. Então, partindo dessa perspectiva crítica, é possível observar que tanto a família quanto a escola têm reproduzido, consciente ou inconscientemente, estruturas sociais excludentes que afetam o desenvolvimento educacional das crianças, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade.

Por isso, a primeira crítica recai sobre o papel da família, onde muitas vezes é idealizado como o núcleo afetivo estável e protetor. No entanto, a realidade brasileira mostra um número crescente de famílias marcadas por desestruturação emocional, ausência de vínculos afetivos consistentes, jornadas exaustivas de trabalho e precariedade econômica, o que dificulta o acompanhamento escolar dos filhos. Pierre Bourdieu (1998), ao discutir o conceito de capital cultural destaca que o desempenho escolar está fortemente ligado aos recursos simbólicos e culturais transmitidos pela família. Assim, a escola tende a privilegiar os alunos cujas famílias já compartilham o mesmo “habitus” do ambiente escolar, aprofundando as desigualdades sociais.

No campo escolar, as críticas são igualmente contundentes. A escola, por vezes, atua como uma instituição conservadora centrada em práticas pedagógicas ultrapassadas e pouco dialógicas. Paulo Freire (1996, p. 66) já denunciava a “educação bancária”, aquela em que “o educador é o que educa, os educandos os que são educados”, sendo portanto, o professor que deposita conteúdos no aluno sem considerar sua realidade social, seus saberes prévios ou sua criatividade.

Essa lógica pedagógica desconsidera as necessidades afetivas, emocionais e culturais da criança, tornando a aprendizagem mecânica e desmotivadora. Além disso, a falta de estrutura física e de investimento público, especialmente nas redes públicas de ensino, agrava o quadro, revelando a desigualdade no direito à educação de qualidade.

Outro ponto de crítica é a falta de articulação entre escola e família, o que gera um jogo de culpabilizações mútuas. Enquanto a escola acusa os pais de omissão, os responsáveis frequentemente apontam falhas no sistema educacional. Em muitos casos, esse impasse esconde uma realidade ainda mais profunda: a ausência de políticas públicas eficazes que apoiem ambas as instituições no cuidado e desenvolvimento integral da criança. Como afirma Emília Ferreira (2001), é impossível pensar na aprendizagem sem considerar o contexto social e emocional da criança; não há avanço pedagógico sem envolvimento coletivo. Por isso, a sociedade, muitas vezes, se mostra omissa diante da complexidade da infância. As políticas públicas são fragmentadas, descontinuadas e pouco efetivas, enquanto a mídia e os discursos dominantes reforçam expectativas irreais sobre o papel da família e da escola.

Então, assim como o ambiente escolar, do qual se espera a vivência de aprendizado mais direcionado aos conteúdos pedagógicos, a família e o afeto dos pais para com as crianças são fatores indispensáveis para que haja, além de um bom desenvolvimento, um bom aprendizado. Por isso, teóricos como: Karl Buhler e Charlotte Buhler (1999) afirmam:

[..] detiveram-se, por sua vez, em estudar o desenvolvimento social de crianças pequenas, analisando de que forma elas respondem aos estímulos apresentados por adultos e por outras crianças. Eles buscaram explicações para o fato de certas crianças serem socialmente dependentes, enquanto outras serem independentes tanto nos determinantes sociais (estimulação ambiente) quanto aos aspectos independentes de experiência social prévia, de condições do lar ou de nacionalidade dessas crianças. (Goulart, 1999, p. 40).

Sob essa perspectiva, os anos iniciais do Ensino Fundamental precisam ser vistos e percebidos com um olhar mais singular e percebendo as crianças nos diversos aspectos que contribuem para o seu desenvolvimento, superando o destaque exclusivo ao que seria o mais importante, mas considerando todos eles e como impactam no desenvolvimento e aprendizado das crianças, não sendo possível analisar de forma isolada o cognitivo, o social, ou o moral, apartados entre si e em oposição à emoção.

No percurso de pesquisa sobre as relações entre família e escola, para pensar o papel da família no processo de formação humana e desenvolvimento global da criança, um autor que pode ser destacado é Henri Wallon, que enfatizou a importância do ambiente emocional para o desenvolvimento infantil, atribuindo à família e à escola um papel fundamental na criação de um ambiente emocionalmente seguro e estimulante para a criança, garantindo a socialização e colaboração necessária para alcançar o desenvolvimento integral da criança. Desta forma, logo percebe-se a necessidade e importância dessas duas instituições para o desenvolvimento social, cultural, cognitivo e afetivo da criança.

Outra conceituação a respeito dessa problemática é a abordagem e definição do psicólogo americano Urie Bronfenbrenner (1979), que traz em sua teoria a importância da análise do “desenvolvimento em contexto”, o qual:

Se refere, neste caso, ao contexto no qual uma pessoa ou organismo está vivendo o processo do seu desenvolvimento e considera que modificações nos acontecimentos em torno do sujeito ou transições ecológicas, tais como a entrada na escola, um novo emprego, o casamento e outras, são importantes no desenvolvimento. (Goulart, 1999, p. 41)

Logo, compreendemos que os ambientes influenciam de forma significativa quando interagem entre si e contribuem com a evolução humana. Em suma, as modificações que acontecem no decorrer das fases da vida têm impacto direto no desenvolvimento do ser humano. No entanto, as mudanças e hábitos que iniciam ainda na primeira infância e que se prolongam em outras fases. É possível perceber, portanto, a importância das relações que a criança estabelece com o primeiro grupo social do qual faz parte – a família – e que se amplia para os demais grupos com os quais irá conviver.

No espaço escolar, as crianças se aproximam dos conceitos científicos, construindo relações entre o que aprendem em seu cotidiano e o que está sendo observado neste espaço. Desta forma, pode-se concluir que na escola, a criança vai entrar em contato com conceitos de natureza mais científica e de forma mais sistemática. O que é elaborado de forma mais intuitiva, assistemática, espontânea – no espaço familiar – vai, portanto, se ampliar e aprofundar a partir dos processos que se dão na escola. No entanto, muitas vezes, a escola tem sido entendida como um campo de formação em sua totalidade, assumindo o papel de transmitir valores e princípios que, até então, julgava-se ser uma responsabilidade do grupo familiar. Brandão (2002), em sua obra *O que é a educação?* afirma:

Antes ou depois da escola, dentro ou fora de uma sala-de aulas, a educação participa de um complexo e contínuo processo de comunicação, de produção, de partilha, de difusão, de consagração e também mudanças e transformações de hábitos e habilidades, de saberes e sentidos, de significados, sensibilidades e sociabilidades (o aprender a conviver e o aprender a criar tempos e espaços de convivência). (Brandão, 2002, p. 9).

Nesse sentido, o autor evidencia uma concepção ampliada da educação, que transcende os limites da escola e da sala de aula, reconhecendo que a educação deve acontecer além desses espaços formais, sobretudo, nas relações sociais dialogando com a escola. Portanto, reafirma-se a importância da corresponsabilidade entre escola e família na formação dos sujeitos, fortalecendo uma educação que não se limita ao ensino de conteúdos, mas que prepara para a vida em sociedade, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de competências socioemocionais. Da mesma forma, em determinadas situações, a escola tende a responsabilizar a família pela ausência na vida escolar da criança e, conseqüentemente, pelas dificuldades encontradas no processo de formação do sujeito, na construção das aprendizagens formais e sociais. Diante disso, se faz necessário que essas instituições se aliem em prol do objetivo maior, que é garantir os instrumentos necessários para alcançar o desenvolvimento pleno do sujeito fundamentado nos princípios, valores e na corresponsabilidade educativa.

O grupo de teóricos da psicologia soviética, ao qual Vygotsky pertence, defende a ideia de que o processo de aprendizagem de um indivíduo começa antes de ser inserido no ambiente escolar e são esses antecedentes que, posteriormente, indicam uma relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem. A história, a cultura e a educação vão ocupar lugar central no processo mais amplo de formação humana. Vejamos:

[...] Antes de mais nada, a teoria histórico-cultural não é uma metodologia nova ou um conjunto de técnicas para auxiliar a prática pedagógica, mas é, fundamentalmente, uma forma de entender o homem naquilo que ele é e naquilo que ele pode vir a ser. Trata-se, em essência, da elaboração das questões psicológicas sobre o que se desenvolve no homem e como se desenvolve, a partir da explicitação e da defesa de uma certa concepção de mundo e de homem: ambos essencialmente históricos. Mais do que isso, a teoria histórico-cultural tem as questões educacionais como base e finalidade de suas investigações, posto que, para ela, o desenvolvimento especificamente humano não ocorre sem o ensino, seja ele intencional ou não. (Asbahr; Nascimento, 2013, p. 419)

Ainda seguindo essa mesma ideia acerca do desenvolvimento, esse mesmo grupo ressalta dois níveis de desenvolvimento: o efetivo/Real, que está ligado ao seu processo de desenvolvimento e as condições do seu desenvolvimento psicointelectual, e o Potencial, que está ligado à Zona de Desenvolvimento Proximal. Partindo dessa perspectiva, é possível

reconhecer necessidade de novas estratégias de ensino, que sejam capazes de garantir o funcionamento eficaz da relação entre as instituições responsáveis pela formação dos sujeitos.

Com os avanços nas concepções de desenvolvimento infantil, reconhecendo as diferentes fases de desenvolvimento, a criança que aprendia apenas observando os adultos em um ambiente de atividades adultas, agora passa a aprender de acordo com o seu nível de desenvolvimento em um espaço propício e reservado para a aprendizagem. No entanto, a família moderna tem causado preocupação no que diz respeito à educação das crianças. Pois, por diferentes motivos acabam não acompanhando as crianças em suas atividades escolares, causando prejuízo no aprendizado e em seu desenvolvimento. Uma vez que, como já previsto e proposto pela LDBEN /1996, a educação também é função da família, propondo uma parceria em que a criança não aprenderá apenas no espaço escolar, nem tão somente no ambiente familiar, mas acontecerá de forma mútua.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) reconhece a família como um agente fundamental no processo educativo e enfatiza a necessidade de uma parceria sólida entre escola e responsáveis. O PNE propõe ações que incentivem o envolvimento direto dos pais no cotidiano escolar dos filhos, promovendo o acompanhamento das atividades pedagógicas e fortalecendo os vínculos com a instituição de ensino. Essa aproximação visa não apenas melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também contribuir para seu desenvolvimento integral a partir de uma formação que envolve afeto, cuidado e responsabilidade compartilhada entre escola e família.

O PNE defende que a qualidade da educação está diretamente ligada à corresponsabilidade entre os diversos atores sociais, especialmente os familiares. Essa diretriz é reforçada por iniciativas como o Projeto de Lei 2653/24, que propõe a criação de uma caderneta de acompanhamento escolar e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina a obrigatoriedade da matrícula e da participação dos pais na vida escolar dos filhos. Essas normativas reforçam o entendimento de que a educação não é responsabilidade exclusiva da escola, mas sim uma construção conjunta em que a presença ativa da família se mostra decisiva para o sucesso educacional e pessoal da criança.

Ainda nesse sentido, Piaget (2007) afirma que:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (Piaget, 2007, p.50)

Todavia, é evidente que a criança não deve arcar com a negligência de nenhuma das partes, sendo todos os citados responsáveis pela educação e formação social da criança. No entanto, assim como a forma de aprender foi modificada, junto a ela também se modificou o caminho que leva à educação. As mães, que tinham como atribuições cuidar da casa e dos filhos podendo auxiliar na realização das atividades, reforçando aquilo que a criança havia aprendido no ambiente escolar e, assim, aprimorando o processo de aprendizagem, atualmente são responsáveis pelo sustento do lar, em posição de assumir diversas responsabilidades para garantir e prover de condições dignas e melhores aos filhos, tendo pouco tempo para acompanhar as atividades escolares.

A partir dessas contribuições teóricas, percebemos o impacto negativo que a ausência de envolvimento da família na vida escolar dos filhos pode causar no processo de desenvolvimento da criança, acarretando um mar de cobranças, julgamentos e omissões, devido ao déficit na relação das duas instituições que entram em conflito sobre quem estaria sendo mais negligente com a falta ou retardo de aprendizado da criança. Para tal discussão, pautas são levantadas a respeito do tempo de qualidade dos pais com os filhos e da falta de interesse com seu desenvolvimento e aprendizagem.

Quando a criança sente a ausência da família em sua vida escolar são inúmeras as consequências, por exemplo, o baixo rendimento, a dificuldade de aprendizagem, a falta de interesse com as atividades propostas, mudanças no comportamento se tornando, na maioria das vezes, agressivo ou apático. (Oliveira, 2010, p. 17).

Logo, entende-se que a ausência de pais comprometidos na educação dos filhos é um fator determinante para o seu desenvolvimento. No entanto, não cabe à escola atribuir essa falta apenas ao contexto familiar. Como instituição formadora, deve desenvolver seu papel com responsabilidade, buscando prezar pela educação daqueles que dela necessitam.

Estar presente é muito mais que uma conversa rara com os professores dos filhos. Na verdade, a presença na vida escolar começa em casa através de conversas informais sobre a importância dos estudos, o acompanhamento nas tarefas de casa, o incentivo à leitura com muito amor e diálogo mesclados com o lúdico que toda a criança adora. Os pais que se dizem presentes precisam compreender que o verdadeiro significado de presença na vida escolar, inicia-se com a presença na vida familiar. Os professores experientes percebem e diferenciam com precisão aqueles que são pais ausentes e os que são pais presentes através da rotina escolar das crianças. Há uma certa relatividade no sentido de presença no que se refere a estar presente fisicamente, mas ausente em suas responsabilidades como país. (Alves; Barbosa, 2010).

Desta maneira, as atribuições entre família e escola precisam ser evidenciadas para que cada uma das partes cumpra com o que lhe cabe, a família cumprindo o seu papel de primeiro grupo, proporcionando a compreensão das regras impostas para que vivam em sociedade e a escola sendo a instituição formadora de conhecimentos básicos e científicos. No entanto, essas duas instituições se entrelaçam na medida em que a família participa da vida escolar dos filhos, os auxiliando nas atividades e trabalhos escolares, incentivando e enfatizando a importância dos estudos, promovendo momentos de estudos diários e coletivamente com amor e paciência, pois as atitudes aprendidas pela criança com seus pais serão levadas para dentro do ambiente escolar. A escola, conseqüentemente, também irá fortalecer os princípios básicos para convivência já ensinados no ambiente familiar, agindo com leveza e ludicidade, compreendendo a criança como um ser em formação, considerando sua opinião, sua maneira de se expressar e sua cultura.

Entende-se, portanto, que essa parceria entre escola e família é primordial para que os índices de alfabetização sejam mais elevados, para que a sociedade seja melhor compreendida e para que as crianças apresentem um bom desempenho escolar, juntamente ao apoio cultural, social e econômico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo enfatizou a relevância da mediação familiar no desenvolvimento educacional das crianças, apresentando essas considerações a partir de referências em autores clássicos e contemporâneos da psicologia do desenvolvimento. Logo, compreende-se que importantes processos que envolvem o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, efetivamente, que contribuem para a sua formação humana vão ocorrer ainda na infância e, principalmente, a partir do convívio com as pessoas do seu grupo familiar, visto que há maior reciprocidade e equilíbrio de poder, além do afeto. É na primeira infância que os laços se solidificam e é através do brincar que a criança tem seu primeiro contato com o mundo, interagindo com o ambiente e com as pessoas de sua convivência. O brincar se afirma como principal meio para o seu progresso, não importando tanto o fim, mas o processo do qual faz parte e influencia seu aprendizado e desenvolvimento que incentivará sua atuação no mundo (Benetti et al,2013). Assim, o desenvolvimento se dará na mesma medida em que as interações se intensificam, uma vez que, a ludicidade, considerada em sua dimensão prazerosa, estimula a repetição das brincadeiras, potencializando o desenvolvimento integral da criança, tornando-se um processo dinâmico, contínuo e interativo.

O presente trabalho buscou identificar em diferentes teorias, como a interação e o engajamento ativo dos pais e familiares enriquecem o processo de aprendizagem, mas também fortalecem o desenvolvimento socioafetivo, motor e cognitivo das crianças, preparando-as para enfrentar os desafios da sua trajetória escolar e social.

Em síntese, com base nas teorias discutidas, é possível compreender o quanto é fundamental seguir refletindo sobre quais estratégias podem ser desenvolvidas para que se consolide uma interação cada vez mais efetiva entre a família e a escola, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Esta perspectiva precisa estar presente na formação inicial e continuada de professores; nos Projetos Pedagógicos das Escolas; no cotidiano escolar, o que pode favorecer o fortalecimento dos vínculos afetivos e promovendo uma aprendizagem contínua e prazerosa, atento à realidade e às necessidades individuais das crianças. Essa aproximação pode ser geradora de maior estímulo nas crianças do interesse pelo conhecimento e pela construção de novos saberes, desde a primeira infância. Além disso, é imprescindível reconhecer o papel fundamental dos pais, mães/responsáveis no

desenvolvimento integral da criança, compreendendo que sua participação ativa é um pilar essencial para o sucesso futuro dessa criança na vida adulta. Para isso, propõe-se a criação de novos programas que tenham o objetivo de diminuir cada vez mais a violência doméstica, o abandono, a negligência – não somente por parte dos familiares e escola, mas também por parte do governo, disponibilizando ambiente/infraestrutura adequado para estudo, alimentação de qualidade, acesso a livros, tecnologia e lazer educativo, pois são fatores determinantes para a aprendizagem e para a diminuição das desigualdades em seus diferentes aspectos.

Por fim, por meio deste trabalho, foi possível identificar as influências do envolvimento familiar na vida escolar das crianças, analisando os fatores e estímulos que impactam no seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, J R; BARBOSA, M J. **Ausência dos pais na vida escolar das crianças do ensino fundamental**. 2010. Disponível em: [https:// pais-na-vida-escolar-das-criancas-do-ensino-fundamental/55083/](https://pais-na-vida-escolar-das-criancas-do-ensino-fundamental/55083/). Acesso em 20 mar. 2024.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ASBAHR, F. S. F.; NASCIMENTO, C. P. N. (2013) **Criança não é Manga, não Amadurece: Conceito de Maturação na Teoria Histórico-Cultural**. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2013, 33 (2), 414-427.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.653, de 2024. Dispõe sobre a criação da caderneta de acompanhamento escolar e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2444472>. Acesso em: 05/03/2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12/03/2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 121, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 23/02/2025.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia do Desenvolvimento**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 5, n. 26, p. 36–44, 1999.

OLIVEIRA, Rejane P. **Escola, Desempenho, Família: Relações que se constroem**. Trabalho de Conclusão do curso de Pedagogia da universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. 21. ed. Tradução de Maria Eugênia Veríssimo Veronese. São Paulo: Forense Universitária, 1999.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SPITZ, René. **A primeira infância: A psicologia do desenvolvimento infantil**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TUDGE, Jonathan. A teoria bioecológica do desenvolvimento humano: tornando-a útil para a pesquisa. In: CARVALHO, A. M. A. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento: pesquisas brasileiras na teoria de Urie Bronfenbrenner**. São Paulo: Artmed, 2012. p. 203–242.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **A Evolução Psicológica da Criança**. França, 1941.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.